

O ESTIGMA QUE MATA

Os discursos sobre HIV/AIDS no jornal *O Pasquim* (SP) - 1980 a 1990

THE STIGMA THAT KILLS

The discourses on HIV/AIDS in the newspaper *O Pasquim* (SP) - 1980 to 1990

NATAN DE OLIVEIRA REZENDE¹

ISMAEL GONÇALVES ALVES²

DANIELA PISTORELLO³

RESUMO

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA, em inglês *AIDS*) surgiu como uma das doenças mais impactantes do século XX, desencadeando uma crise de saúde global e alterando significativamente a vida de milhões de pessoas em todo o mundo. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, o HIV/AIDS atingiu o status de epidemia, e a mídia brasileira desempenhou um papel fundamental na construção dos discursos relacionados a essa enfermidade. Este estudo tem como objetivo analisar os discursos presentes no periódico *O Pasquim* de São Paulo, em relação ao HIV/AIDS e à hoje intitulada comunidade LGBTQIAPN+ no intuito de compreender a formação discursiva dos sujeitos portadores da doença, e para tal utilizaremos da análise do discurso entremeada pelos estudos de gênero.

Palavras-chave: HIV/AIDS. Discursos. *O Pasquim*. Estigma. Homossexualidade.

ABSTRACT

Acquired Immunodeficiency Syndrome (AIDS) emerged as one of the most impactful diseases of the 20th century, triggering a global health crisis and significantly altering the lives of millions of people around the world. Throughout the 1980s and 1990s, HIV/AIDS reached epidemic status, and the Brazilian media played a key role in constructing discourses related to this disease. The

¹ Licenciado em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Mestrando em Desenvolvimento socioeconômico (PPGDS - UNESC). E-mail do autor: natanlvr@unesc.net. <https://orcid.org/0000-0002-7481-2648>.

² Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Curso de História, do Programa de Pós-Graduação em de Desenvolvimento Socioeconômico, e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: iga@unesc.net. <https://orcid.org/0000-0003-3580-9101>.

³ Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora do Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

aim of this study is to analyze the discourses present in the São Paulo newspaper O Pasquim in relation to HIV/AIDS and what is now known as the LGBTQIAPN+ community, in order to understand the discursive formation of the subjects with the disease, using discourse analysis interspersed with gender studies.

Keywords: HIV/AIDS. Discourses. O Pasquim. Stigmas. Homosexuality.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar os discursos presentes no periódico *O Pasquim*, de São Paulo, relacionados ao Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e a comunidade LGBTQIAPN+. A escolha deste periódico está relacionada a sua aproximação com os sujeitos ditos desviantes como gays, lésbicas e militantes políticos, bem como lugar que os mesmos ocupavam em diversos espaços da revista. No entanto, mesmo sendo um veículo de comunicação considerado destoante da mídia hegemônica, por propor uma leitura satírica do mundo, sobretudo contra ao regime militar, O Pasquim, assim como outras mídias tradicionais, também difundiu discursos equivocados e preconceituosos com relação aos portadores de HIV/AIDS. Assim, estudar as questões de gênero e sexualidade que envolvem a comunidade LGBTQIAPN+ se alinha ao movimento acadêmico-político de reafirmação identitária diante da imposição de normas compulsórias de gênero.

A histórica aproximação da comunidade LGBTQIAPN+ com HIV/AIDS, relaciona-se a ideia de que suas sexualidades, tidas como desviantes, são responsáveis por seu processo de adoecimento, e por isso devem sentir no corpo os impactos de uma vida desregrada, o que por sua vez, acaba prejudicando seu acesso a cuidados de saúde, bem como acolhimento social. Somando-se os estigmas sobre sua sexualidade, as difíceis condições socioeconômicas enfrentadas por muitas pessoas LGBTQIAPN+ as tornam mais vulneráveis ao HIV/AIDS devido à falta de informações sobre sexo seguro e acesso inadequado aos serviços de saúde. À medida que a sociedade muda rumo a uma educação sexual inclusiva, como igualdade de acesso à informação e cuidados de saúde, espera-se superar esses estigmas, promovendo uma

sociedade mais justa e inclusiva para todas as pessoas, independentemente de sua sexualidade ou identidade de gênero.

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) emergiu como uma das doenças mais devastadoras do século XX, desencadeando uma crise de saúde global e transformando a vida de milhões de pessoas em todo o mundo. Durante as décadas de 1980 e 1990, o HIV/AIDS alcançou o status de epidemia, e a mídia brasileira desempenhou um papel crucial na construção dos discursos associados a essa doença.

No contexto brasileiro, o HIV/AIDS foi inicialmente retratado como uma sentença de morte, gerando medo e pânico generalizados na sociedade. A mídia desempenhou um papel significativo na disseminação desses discursos, reforçando estereótipos negativos e associando a doença a práticas sexuais e sexualidades consideradas desviantes. A homossexualidade masculina foi especialmente estigmatizada, e a AIDS passou a ser vista como uma “praga” dentro da chamada comunidade gay, que enfrentou acusações de ser responsável pela propagação da doença.

Nesse contexto, os jornais desempenham um papel central como fontes históricas, pois refletem as intencionalidades e a mentalidade de uma época. No que diz respeito ao HIV/AIDS os discursos presentes nas reportagens, editoriais e opiniões veiculadas pelos jornais carregam consigo a visão predominante da sociedade sobre a doença e seus portadores, construindo narrativas de inclusão e exclusão. A mídia funcionou como um poderoso instrumento de esclarecimento, fornecendo informações sobre a doença, modos de transmissão e medidas preventivas. No entanto, também contribuiu para a disseminação de um imaginário coletivo ligado a perversões sexuais, posturas desviantes e sexualidades não hegemônicas, perpetuando estigmas e preconceitos com aqueles que não correspondem as expectativas sociais depositadas sobre si.

Diante das diferentes configurações societárias e dos discursos acerca da população LGBTQIAPN+, buscaremos entender: como as notícias atreladas a população gay e relacionadas ao HIV/AIDS foram veiculadas pelo periódico O Pasquim entre as décadas de 1980/90? Assim, compreender este processo é um importante caminho para analisar como a mídia brasileira reportou a epidemia de HIV/AIDS em seu período inicial, tendo em que cobertura estava

principalmente relacionada a população LGBTQIAPN+, pois estas pessoas eram consideradas corpos desviantes, e em grande medida entendidas como portadoras e/ou disseminadoras de tal doença.

A partir dos primeiros diagnosticados na década de 1980, viver com HIV/AIDS era sinônimo de uma prática sexual excessiva, desviante e desregrada. Essa construção social da AIDS, estabelecida à luz de conceitos preconceituosos e estigmatizantes, foi ancorada na moral dominante, patriarcal e heteronormativa da sociedade (FERNANDES & BRUNS, 2021, p. 62).

Para dar conta desta questão norteadora, elencamos como objetivo geral analisar os discursos presentes na mídia brasileira sobre o HIV/AIDS entre os anos de 1986 e 1999, explorando o papel desempenhado pelo O Pasquim na criação e difusão do imaginário coletivo sobre a doença. Como objetivos específicos organizamos dois pontos que serão desenvolvidos ao longo deste artigo. O primeiro, busca identificar os principais discursos sobre a chama epidemia de HIV/AIDS presentes nas fontes em edições de O Pasquim encontradas na Hemeroteca Digital Brasileira. O segundo, implica em analisar como as matérias jornalísticas se referiam à doença em termos de linguagem, representações e estereótipos.

Ao analisar outros periódicos, como o jornal “Notícias Populares”, e comparar com o O Pasquim, podemos perceber um certo padrão discursivo sobre o HIV/AIDS nas mídias nacionais, que durante muito tempo associou a doença a membros da comunidade LGBTQIAPN+, corroborando para uma visão preconceituosa sobre o tema. Assim, compreensão desses discursos é crucial para entender a construção social da doença e seus impactos na sociedade, além de lançar luz sobre os desafios enfrentados pelas comunidades afetadas, bem como as transformações que ocorreram ao longo do tempo.

No aspecto teórico utilizamos perspectivas presentes nos estudos de Michel Foucault (1996) e Judith Butler (2003; 2019). O primeiro trata-se da ideia de discurso presente na obra Foucault intitulada “A ordem do discurso”; nela enfatiza-se que o discurso não é simplesmente uma forma de comunicação, mas também uma ferramenta de poder. Ele argumenta que o poder se manifesta no

discurso, influenciando o que é dito e determinando quem tem o direito de falar. Assim, compreender como o discurso opera torna-se crucial para desvendar as dinâmicas de poder em uma sociedade. Assim, nas palavras do autor,

Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - com o a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1996, P. 10).

Assim, compreendemos que a ideia de que o discurso não é um reflexo passivo da realidade, mas seu construtor ativo. Foucault propõe uma análise crítica do discurso que vai além da visão tradicional, que o considera apenas como expressão de ideias. Ele sugere que os discursos não apenas refletem a realidade, mas também a constroem, moldando nossa compreensão do mundo. Associados a esta ideia, trabalharemos também com as questões de gênero levantadas por Judith Butler (2003), para quem o gênero não é uma característica inata, mas sim uma construção social e cultural que é repetidamente realizada e reforçada por meio de atos performativos, chamada por ela de Performatividade de Gênero. A autora ainda destaca como as normas de gênero são mantidas por meio da repetição de comportamentos e expressões que se encaixam nas categorias de masculinidade e feminilidade.

No que tange a organização das fontes, realizamos um levantamento de revistas e/ou jornais na Hemeroteca Nacional, utilizando um recorte temporal que dura de 1980 a 1999, com o intuito buscar manchetes ou textos que abordassem a temática. Os principais termos utilizados para pesquisa foram: “HIV”, “AIDS”, “Homossexualidade HIV”, “Homossexualismo HIV”, “Homossexualidade AIDS”, “Homossexualismo AIDS”, “Câncer gay” “HIV gay” e “Aids gay”. A partir disso, foram encontradas cerca de 54.997 ocorrências em diferentes jornais e semanários, o que nos levou a necessidade de estabelecer um recorte sobre o veículo de comunicação a ser analisada, e para este trabalho recorreremos ao O Pasquim (SP), devido a dois fatores principais, o primeiro está relacionado ao local, São Paulo, a cidade com a primeira morte registrada e

noticiada; e o segundo, relaciona-se ao perfil do próprio jornal, com tom humorístico e de clara oposição ao regime militar, tratando de temas menos convencionais para a sociedade da época. Com esse recorte, as ocorrências diminuíram para 41, sendo datadas entre 1986 até 1999.

1.HIV/AIDS COMO UMA DOENÇA GLOBAL: CONEXÕES ENTRE AS SEXUALIDADES DESVIANTES

O surgimento do HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) e da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) é um capítulo importante na história da saúde e da doença global, com uma narrativa complexa que envolve a transmissão zoonótica de um vírus de primatas não humanos para seres humanos.

O HIV é um vírus que ataca o sistema imunológico humano, enfraquecendo gradualmente a capacidade do corpo de combater infecções e doenças. Ele é transmitido por meio de fluidos corporais, como sangue, sêmen, secreções vaginais e leite materno, e é mais comumente transmitido por relações sexuais desprotegidas, compartilhamento de agulhas contaminadas e de mãe para filho durante a gravidez, parto ou amamentação. A infecção pelo HIV é uma condição crônica que requer tratamento médico constante para controlar o vírus e manter a saúde do sistema imunológico.

Por outro lado, a AIDS é uma condição avançada causada pelo HIV, caracterizada por uma supressão severa do sistema imunológico, tornando o corpo suscetível a infecções graves, câncer e outras doenças oportunistas. A principal diferença entre eles é que o HIV é o vírus que causa a infecção, enquanto a AIDS é a fase avançada da infecção pelo HIV. O tratamento médico avançado permite que muitas pessoas com HIV controlem a infecção e evitem que ela progrida para a fase da AIDS, levando como isso, vidas mais saudáveis e mais longas com o devido cuidado médico.

Acredita-se que o vírus tenha tido sua origem na África Central, onde primatas como chimpanzés e macacos eram portadores de vírus simianos da imunodeficiência (SIV), que são geneticamente relacionados ao HIV. O salto da infecção dos primatas para os humanos teria ocorrido durante atividades como

a caça e o manuseio de carne de animais infectados, dando origem à teoria da "caça ao bushmeat" ou "caça ao macaco". Essa transmissão inicial pode ter sido um evento isolado, mas foi o ponto de partida de uma pandemia global.

Esse relato da transmissão é confirmado por diversos autores, dos quais um admitiu que o vírus da aids tivesse passado do macaco (principalmente o macaco verde) para o homem pelo contato íntimo desses animais com os nativos africanos, quer por arranhaduras ou mordidas, quer pelo hábito dessas populações ingerir como alimento a carne de macaco mal cozida, contendo em seus tecidos e fluidos (sangue, secreções) o vírus causal da doença (PINTO et al, 2007, p. 46).

À medida que o vírus foi transmitido aos humanos, passou por mutações e adaptações, evoluindo para o que conhecemos como HIV. Essas mutações permitiram que o vírus fosse transmitido mais eficazmente de pessoa para pessoa, principalmente por meio de comportamentos considerados de risco, como relações sexuais desprotegidas e o compartilhamento de agulhas entre usuários de drogas injetáveis. A identificação inicial da epidemia ocorreu na década de 1980, durante o processo de aumento acentuado de casos de imunodeficiência grave, observado nos Estados Unidos, especialmente entre homens gays e pessoas que usavam drogas injetáveis. Logo ficou claro que a epidemia era global, afetando diversas populações e regiões ao redor do mundo.

Em resposta ao HIV/AIDS, houve uma mobilização global sem precedentes, organizações internacionais, governos, Organizações não Governamentais (ONGs) e cientistas colaboraram para entender a doença, desenvolver testes, tratamentos e estratégias de prevenção. Campanhas de conscientização foram lançadas em todo o mundo para educar as pessoas sobre como se proteger contra o HIV/AIDS, que, por sua natureza multifacetada, desafiou as fronteiras nacionais e exigiu uma abordagem global.

Com o tempo, avanços médicos significativos, como terapias antirretrovirais altamente eficazes, transformaram o HIV/AIDS de uma sentença de morte a uma condição crônica gerenciável para muitas pessoas. No entanto, a epidemia continua a evoluir, com novas preocupações, como o acesso igualitário ao tratamento e a prevenção da transmissão vertical de mãe para filho.

As pesquisas persistem na busca por uma cura definitiva, enquanto estratégias de prevenção e tratamento continuam a ser aprimoradas. O estigma relacionado à orientação sexual e identidade de gênero é um dos maiores desafios na prevenção e tratamento do HIV/AIDS em comunidades LGBTQIAPN+. A falta de aceitação social se torna um fator crítico na epidemia do HIV/AIDS pois, ao já serem discriminados por possuírem uma sexualidade considerada desviante, descobrir o status de soropositivo pode ser um empecilho a mais em suas vidas, o que leva a uma dupla estigmatização. O medo de julgamentos e discriminação ao buscar testes, tratamento ou ao revelar o status soropositivo pode desencorajar as pessoas a procurarem cuidados médicos e a adotar práticas sexuais mais seguras. Isso sublinha a importância de abordar não apenas a epidemia em si, mas também o estigma e a discriminação associados a doença.

Fica evidente a sensação de apreensão frequentemente vivenciada pelos usuários em diferentes momentos do processo de testagem: na chegada à recepção, quando temem ser estigmatizados por consultar informações sobre o teste, e durante a espera pelo atendimento, temendo ser reconhecidos por amigos, colegas de trabalho ou familiares que frequentam outros espaços do Centro de Saúde. O medo não estaria implicado apenas nas consequências fisiopatológicas de um resultado positivo e na ameaça da morte, fortemente associados à Aids, mas também na condição de “ser” um soropositivo. (SOARES & BRANDÃO, 2013, P. 716).

É importante compreender que tais sexualidades, consideradas desviantes, englobam um amplo espectro de identidades e práticas sexuais que de alguma forma divergem das normas tradicionais da sociedade, abrangendo comunidades LGBTQIAPN+ e outras minorias sexuais e de gênero. A relação entre essas comunidades e o HIV/AIDS é multifacetada e abrange diversos aspectos históricos baseados em preconceitos.

Historicamente, as comunidades LGBTQIAPN+ enfrentaram estigmatização, discriminação e marginalização em muitas partes do mundo. Esses obstáculos sociais e legais têm contribuído para a vulnerabilidade ao HIV/AIDS, uma vez que dificultam o acesso a informações importantes sobre prevenção, testagem e tratamento. Além disso, a falta de aceitação social pode levar a comportamentos de risco, uma vez que as pessoas podem relutar em

buscar apoio ou se identificar como parte dessas comunidades.

Diante desses desafios, comunidades LGBTQIAPN+ em todo o mundo se mobilizaram para enfrentar o HIV/AIDS. Organizações comunitárias desempenham um papel vital na resposta ao HIV/AIDS, oferecendo educação, apoio, serviços de teste e tratamento, bem como advocacia para garantir que as necessidades dessas comunidades sejam atendidas de maneira eficaz e sensível.

Políticas públicas de abrangência nacional podem, além de promover a prevenção e assistência às DST/Aids, servir como importante ferramenta de combate os processos sociais de estigma e discriminação em populações afetadas. A concepção que tais ações podem expressar a perspectiva acumulada no debate das agências internacionais e, ao mesmo tempo, ser um “termômetro” da inclusão da agenda do movimento social nacional de pessoas afetadas pela Aids. (ZUCCHI et al., 2013, p. 1070).

Programas de prevenção e educação específicos para comunidades LGBTQIAPN+ têm sido fundamentais na redução das taxas de infecção pelo HIV. Esses programas enfatizam a importância do sexo seguro, do uso de preservativos, do acesso a testes regulares e do tratamento precoce.

A chegada do HIV/AIDS ao Brasil durante a década de 1980 marcou um momento crítico na história da saúde pública do país. O vírus foi introduzido de várias maneiras, incluindo brasileiros que o contraíram durante viagens internacionais e pessoas que receberam transfusões de sangue contaminado. Segundo Sampaio (2018) em 1982, na cidade de São Paulo, foi confirmado o primeiro caso de AIDS no Brasil. Nesse período, o turismo internacional estava em ascensão, e muitos indivíduos adquiriram o vírus em destinos onde a epidemia já estava em estágios avançados.

Os primeiros casos documentados de HIV/AIDS no Brasil remontam a essa mesma década. Médicos e cientistas começaram a observar um aumento alarmante de pacientes com doenças oportunistas graves e incomuns, isso ocorre porque o HIV ataca o sistema imunológico, especificamente as células CD4, que desempenham um papel crucial na defesa do corpo contra infecções (FARIAS et al., 2022). À medida que o sistema imunológico enfraquece devido

à infecção pelo HIV, o corpo se torna vulnerável a uma variedade de infecções e doenças que, em pessoas saudáveis, seriam geralmente controladas ou evitadas. Desta forma, foi levantada a suspeita de uma nova e misteriosa epidemia.

Nas fases iniciais, a epidemia estava concentrada em grupos considerados de risco, com destaque para os homens que fazem sexo com homens (HSH) e pessoas que usavam drogas injetáveis. Essa concentração se deu, em parte, a comportamentos considerados de alto risco, como o sexo desprotegido e o compartilhamento de agulhas.

A associação do HIV/AIDS com esses grupos, considerados de risco, acabou contribuindo para a estigmatização da doença e das próprias comunidades afetadas, “a aids foi estereotipada como a doença dos ‘5H’, que significava ‘homossexuais, hemofílicos, haitianos, heroinômanos e hookers” (Sampaio, 2018). Todo esse imaginário popular dificultou a conscientização e a prevenção eficaz, além de criar obstáculos para a busca de cuidados médicos.

No entanto, à medida que o número de casos de HIV/AIDS aumentaram, ficou claro que a epidemia representava uma ameaça significativa à saúde pública e a todas as pessoas do país, independente do grupo a qual supostamente pertencia. No ano de 1983, foram iniciadas campanhas, lideradas por grupos militantes compostos por médicos envolvidos na causa, homossexuais e intelectuais interessados na nova doença, pedindo para que houvesse um posicionamento do governo sobre o surto de AIDS.

A pressão desses grupos no estado de São Paulo levou as autoridades governamentais a estabelecerem o primeiro programa para controlar a aids no Brasil. Utilizando o Hospital Emílio Ribas como centro de referência, foi criado pela Secretaria de Saúde do estado de São Paulo um grupo de pesquisa de iniciativa do próprio governo, que permitiu a criação de diretrizes e protocolos para a implementação de medidas específicas para a aids, que posteriormente possibilitou a criação do Programa de Aids de São Paulo (SAMPAIO, 2018, p. 22).

Assim, o governo brasileiro adotou algumas medidas iniciais, como o Programa Nacional de DST/AIDS estabelecido em 1986, marcando um grande impacto na resposta à epidemia. Esse programa representou um compromisso

sério do governo em enfrentar o HIV/AIDS de maneira coordenada e abrangente.

Uma das medidas mais notáveis e progressistas adotadas pelo Brasil foi a política de acesso universal à terapia antirretroviral (TARV.) O país se tornou um dos pioneiros na distribuição gratuita de medicamentos para pessoas vivendo com HIV/AIDS, o que funcionou muito bem, pois os dados evidenciam os benefícios dessa política, “como a redução da mortalidade, diminuição das internações hospitalares e redução da incidência de infecções oportunistas e da transmissão vertical do HIV” (POLEJACK & SEIDL, 2010, p. 1202). Essa política revolucionária permitiu que milhares de brasileiros tivessem acesso ao tratamento, melhorando a qualidade de vida e aumentando a expectativa de vida das pessoas com HIV/AIDS.

A cooperação internacional também desempenhou um papel importante na resposta brasileira à epidemia, com parcerias estabelecidas com organizações internacionais de saúde e programas de cooperação técnica para compartilhar experiências e boas práticas. Essa fase inicial da epidemia lançou as bases para a resposta brasileira à AIDS. O país estabeleceu políticas de saúde que se tornaram referências globais, incluindo a distribuição gratuita de medicamentos antirretrovirais e a promoção de campanhas de prevenção. A história do HIV/AIDS no Brasil é um exemplo notável de como uma abordagem abrangente e cientificamente fundamentada pode fazer a diferença na luta contra uma doença devastadora.

2.O JORNAL O PASQUIM: UMA OUTRA VOZ NO REGIME AUTORITÁRIO

Criado em 1969 e idealizado pelo cartunista Jaguar (pseudônimo de Sérgio de Magalhães Gomes Jaguaribe), no Rio de Janeiro, O Pasquim ganhou notoriedade por sua postura crítica, contestadora, e seu papel na resistência à censura e repressão do regime vigente. O jornal foi um dos mais emblemáticos e influentes do Brasil, principalmente durante o período da ditadura militar (1964-1985), sendo, inclusive, referenciado em canções como “Coqueiro verde” de Erasmo Carlos , tornando-se um símbolo da resistência jornalística brasileira. Com uma proposta editorial irreverente, O Pasquim se destacava por seu teor humorístico e satírico, abordando temas políticos, sociais e culturais de forma

ácida e crítica, destoando de boa parte dos demais veículos de informação que circulavam no país. Seu nome fazia referência aos pasquins, folhetos ou publicações satíricas contendo críticas sociais, e que frequentemente circulavam entre as diferentes camadas da população.

Era um veículo que ousava desafiar a censura imposta pelo governo, enfrentando a repressão, por meio de textos que confundiam os sensores devido ao seu grau de comicidade ou pelo tratamento de certos assuntos de forma mais velada. O jornal contava com a colaboração de importantes figuras da intelectualidade, do jornalismo e da cultura brasileira, como Laerte Coutinho, Ziraldo, Jaguar, Tarso de Castro, Millôr Fernandes, entre outros. Esses colaboradores contribuíam na produção de charges, textos e crônicas que desafiavam o regime, tornando-o um sucesso de tiragem, distribuição e consumo, em diferentes estados do país.

Desta forma, O Pasquim, originalmente carioca, conquistou a notável tiragem de cerca de 200 mil exemplares em todo o país, sendo distribuído em diversos estados. A versão do O Pasquim no Rio de Janeiro se tornou uma referência nacional, servindo de base para similares, em outras localidades, como São Paulo, Porto Alegre, Brasília e Belo Horizonte, por meio de uma ação de marketing inovadora, que incluía desde a inserção de encartes em jornais regionais menores até a formação de núcleos próprios de produção. A expansão para outras regiões, incluindo São Paulo, refletiram a mudança sociopolítica do país, que neste momento buscava compreender os dilemas nacionais a partir de perspectivas não-hegemônicas.

A versão paulista, analisada neste trabalho, foi idealizada pelo jornalista Paulo Markun, editor do jornal "Debates" e presidiu o sindicato da indústria Audiovisual do Estado de Santa Catarina, também sendo diretor-presidente da Fundação Padre Anchieta, entidade mantenedora da TV Cultura, de junho de 2007 até junho de 2010 (ROCHA; SILVA, 2011). Contatado por Jaguar para liderar o projeto gráfico e editorial do jornal no Estado mais rico e populoso do Brasil. O objetivo era criar um semanário de humor e opinião para o público entre 18 e 45 anos, preenchendo uma lacuna existente entre os semanários do estado. A ideia do O Pasquim São Paulo era chegar nos de leitores que antes acompanhavam a versão organizada e distribuída entre o público fluminense. A

proposta editorial do O Pasquim São Paulo se diferenciava em alguns aspectos do O Pasquim carioca, como por exemplo, o aspecto regional das problemáticas tratadas, que por sua vez alcançava de maneira mais incisiva o público paulista. Enquanto mantinha a independência, a irreverência e a inteligência na abordagem dos temas, também se preocupava com a organização gráfica e a formalidade, permitindo certa contradição e diversidade de opiniões entre os colaboradores. (MARKUN, P, 1986, N.P.)

Markun destacava a importância de manter um equilíbrio na cobertura de diferentes correntes políticas, enfatizando a necessidade de pluralismo nas diferentes seções do periódico. O jornal aspirava a representar o ponto de vista paulista, mantendo uma perspectiva nacional e abrindo espaço para colaboradores do interior do estado.

Uma gozação do Jô Soares não é nada. O Carlito Maia escrevendo sobre o PMDB, é um artigo politicamente alinhado. Mas o Moacir Japiassú falando que a estátua do Borba Gato deveria ser a nossa estátua da Liberdade, não é nada, é uma gozação! Por exemplo: tem dois personagens que entram no O Pasquim, seguramente como os alvos prediletos dos colaboradores do jornal, o Jânio Quadros e o Paulo Maluf. Agora, se amanhã tiver um artigo do Geraldo Mello Mourão dizendo que o Maluf é o melhor candidato, uma coisa com qualidade, eu publico. Agora, se tiver dez artigos defendendo o Maluf, eu não vou publicar os dez. Então, esse equilíbrio exige bom senso, o que é a coisa mais difícil do jornal (MARKUN, 1986, p. 55-61).

O desafio do O Pasquim São Paulo era grande, considerando o contexto jornalístico da época marcado por diferenças entre as regiões e a necessidade de representação de outros pontos de vista. A tentativa de criar um jornal dito independente, inteligente e ao mesmo tempo diversificado e equilibrado em opiniões políticas foi a marca do projeto. (MARKUN, P, 1986, N.P.) Porém, mesmo com sua proposta inovadora, assim como outros periódicos, O Pasquim São Paulo também enfrentava certos problemas que se refletiam nas dificuldades editoriais em um contexto de transformações políticas e sociais.

O Pasquim São Paulo, inspirou a organização de outras publicações como “O São Paulo S.A.” e “O Bondinho”, que compartilhavam da mesma essência contestadora e de crítica política. No entanto, mesmo com sua

importante influência no mercado editorial brasileiro, após o fim da ditadura, em meados dos anos 1980, o jornal perdeu relevância, mas seu legado como um símbolo de resistência à repressão e como um marco na imprensa brasileira permaneceu até os dias atuais, influenciando gerações de jornalistas e artistas na defesa da liberdade de expressão e na crítica política.

3. DESCONSTRUINDO ESTIGMAS E ROMPENDO SILÊNCIOS: ANÁLISE DO PERIÓDICO E SUAS ABORDAGENS.

A associação inicial do HIV/AIDS a comportamentos estigmatizados, como o uso de drogas injetáveis e o sexo entre homens, este último, acompanhado normas compulsórias de gênero, foi fator determinante na forma como a sociedade brasileira respondeu à dita epidemia. Para compreender a forma como o estigma do HIV acompanhou diferentes sujeitos, devido a sua sexualidade e identidade de gênero mobilizaremos, as interpretações propostas por Judith Butler que em suas análises sobre a Performatividade de gênero e a construção social da identidade, define gênero da seguinte forma:

O gênero não é inscrito no corpo passivamente, nem é determinado pela natureza, pela linguagem, pelo simbólico, ou pela história assoberbante do patriarcado. O gênero é aquilo que é assumido, invariavelmente, sob coação, diária e incessantemente, com inquietação e prazer. Mas, se este acto contínuo e confundido com um dado linguístico ou natural, o poder e posto de parte de forma a expandir o campo cultural, tornado físico através de performances subversivas de vários tipos (BUTLER, 2011, p. 87).

Butler, nos oferece uma lente importante para entender como determinados comportamentos e formas de vidas são associados a certa moralidade hegemônica que por sua vez categorizava existências e corpos como supostamente “imorais” ou “desviantes”, esse processo foi o que sustentou durante muito tempo os discursos sobre pessoas soropositivas, e seus processos de adoecimento. Em 1981 um quadro de saúde chamou a atenção dos Estados Unidos: 41 indivíduos, todos homossexuais, apresentavam um raro câncer de pele denominado Sarcoma de Kaposi. O veículo de notícias NY Times

publicou a notícia que deixou uma série de dúvidas, pois o mesmo câncer aparecer em várias pessoas que se enquadravam em um mesmo grupo e ao mesmo tempo era praticamente improvável. As reportagens que se sucederam só corroboraram para aumentar o quadro de preocupação geral. Segundo Lizandro Lui (2013):

No mesmo ano, o jornal publicou outras reportagens, cada vez mais aumentando o quadro de preocupação, visto que, não se sabia o que estava acontecendo e nem o porquê daqueles indivíduos estarem apresentando tal estado clínico (LUI, 2013, p. 33).

Ainda no ano de 1981 o NY Times, em continuidade ao tom alarmista publicou outra notícia relacionada a um grupo de haitianos que morava no Brooklin, em Nova York, como portadores desse novo quadro infeccioso. No entanto, diferentemente do que havia anunciado anteriormente, o jornal afirmava que, neste caso, nenhum dos 23 homens relatava ter mantido atividades homossexuais, mas admitiram que utilizavam drogas intravenosas. Nos dois casos, os pesquisadores envolvidos nos estudos difundidos pelo jornal detectaram que “o sistema imunológico de muitos destes homens parece ter sido enfraquecido por razões desconhecidas”(LUI, 2013, p. 33).

Já no Brasil, uma das primeiras notícias sobre a doença foi veiculada pela revista *Veja* em 14/07/1982, na qual em uma curta reportagem um médico baiano explicava que a doença acometia pessoas homossexuais e estava relacionada ao fato de que as mesmas faziam uso de hormônios femininos e isso causaria esse quadro clínico peculiar. Nesse momento, por inicialmente estudos apontarem para a prevalência do HIV/AIDS na comunidade homossexual, tanto nos EUA como na Europa, a doença passou a ser rotulada como peste/câncer gay.

Diante de um rápido e letal processo contagioso, o HIV passou a ser pauta de inúmeros meios de comunicação, que alertavam para a periculosidade e a letalidade da doença entre a população. O HIV/AIDS, passou então a ocupar inúmeros espaços em diferentes mídias que se tornaram importantes veículos de informação, que por sua vez nem sempre estavam preocupados com a cientificidade e veracidade das matérias veiculadas. No Brasil, assim como em

outros lugares, falar sobre a doença e informar a população fazia-se necessário, mas isso nem sempre ocorreu de forma comprometida, dependendo muito da orientação editorial dos periódicos.

Neste cenário, O Pasquim, também se posicionava no processo de comunicação social, como por exemplo na edição 10 do ano de 1986, na qual em uma entrevista Frey Rocha debatia:

Durante muito tempo o poder econômico usou a Igreja para inibir o comportamento das pessoas, mas com o desenvolvimento dos tempos, a Igreja perdeu sua força. O medo do inferno desapareceu. Hoje em dia, o poder econômico está tentando apelar às ciências. O caso da AIDS é um exemplo disto, eles estão nos culpando por sermos os transmissores da doença. Eles não citam, por exemplo, que na África, mais precisamente no Zaire, a incidência de AIDS sobre mulheres e crianças é assombrosa, chegando a ter milhares de pessoas. A AIDS nada mais é do que uma forma de controlar o comportamento homossexual para a volta à família. Eu fiz três perguntas num congresso internacional sobre a AIDS, em Gramado. Em primeiro lugar “Existe diferença entre a relação hetero e homo hoje em dia?”, eles me disseram que, tanto um como o outro praticam o coito anal, “Existe diferença do reto masculino para o reto feminino?”, me disseram não. “Então por que o vírus só ataca o reto masculino?”, não me responderam. Ou o vírus é gay, ou então isto prova que faz parte da política internacional usar a AIDS como forma de inibir o comportamento homossexual (O PASQUIM, 1986, n.p.).

Podemos observar ainda nessa entrevista como o Frey aponta e questiona a narrativa predominante que associa a doença principalmente à comunidade LGBTQIAPN+, Ele sugere que a AIDS foi utilizada pelo poder econômico como uma forma de controlar o comportamento homossexual, enfatizando a ideia de que a doença era explorada como parte de uma agenda internacional de controle das sexualidades. As perguntas feitas por Frey no Congresso Internacional sobre a AIDS, utilizando argumentos científicos, colocava em xeque a narrativa moralista de que a transmissão se dava majoritariamente em relações homossexuais eximindo o comportamento heterossexual da possibilidade de adquirir e transmitir a doença. Frey ironicamente destacava que a prática do coito anal era comum tanto em relações heterossexuais quanto homossexuais, questionando a suposta preferência do vírus pelo reto masculino. Para Foucault (2001), a sociedade ocidental desde o

século XIX visou controlar os corpos e as sexualidades por meio do controle sobre o sexo, que se tornou uma importante ferramenta na construção discursiva da anormalidade, exigindo que diferentes sujeitos se identificassem subjetiva e sexualmente com a norma heterossexual de gênero.

Essa associação estigmatizante moldou, ao menos inicialmente, tanto políticas públicas elaboradas pelo estado brasileiro quanto a percepção da doença pelo conjunto amplo da população. Em uma charge acompanhada de um texto intitulado “AIDS’ é coisa de viado”, da edição 35 de 1987, nos oferece algumas pistas sobre a organização das políticas públicas nacionais sobre o tema:

Ninguém dava nada pro Brasil, mas quando se deram conta a gente já estava no quarto lugar e agora passamos pro terceiro. A medalha de bronze já está garantida, mas entramos nessa pra valer! Nada de sermos eliminados mais uma vez nas semifinais! Deve ser com esses pensamentos que nossas autoridades reduziram de 120 para 10 milhões de cruzados a verba da campanha nacional contra a Aids, PO, essa grana não daria nem pra campanhas de doenças venéreas menos ilustres, como gonorreia e chato. Num país em que até os programas infantis na tevê são feitos pra dar tesão na meninada, acho que essa verba não daria nem pra comprar camisa de vênus pro pessoal que está a fim de afogar o ganso durante este período de festas pagãs. (JAGUAR, 1987, n.p.).

Por meio do excerto acima, percebemos que Jaguar através de um texto irônico e descontraído, estabelecia uma crítica mordaz sobre as verbas destinadas à campanha nacional contra a AIDS no país. O autor destacava a ascensão do país ao “terceiro lugar” no ranking de casos de HIV/AIDS, questionando a falta de orçamento diante de um complexo caso de prevalência da doença entre a população nacional. O autor denuncia a drástica queda do orçamento que passava de 120 milhões de cruzados no ano anterior para 10 milhões no período em que escreve a notícia. A nota, ainda faz uma referência irônica às “doenças venéreas menos ilustres, como gonorreia e chato” destacando com isso a falta de prioridade dada à epidemia de AIDS em comparação a outras. A própria referência a “camisa de vênus” sugere uma falta de apoio financeiro adequado para a prevenção da AIDS por meio do uso de camisinhas.

De acordo com Cezar e Draganov (2014), no início das preocupações com HIV/AIDS no país levou a mobilização de grupos e militantes sociais, que pressionavam o governo na busca da implementação de políticas públicas de contenção e prevenção da doença. Neste sentido, de acordo com Calais e Perucchi (2017) as políticas públicas de combate ao HIV/AIDS no Brasil, assim como em outras partes do mundo, quando implementadas, acompanharam inicialmente um viés moralista de controle dos corpos, estigmatizando comportamentos e sexualidades consideradas desviantes. Assim, ao classificarem práticas e comportamentos com mais ou menos aceitáveis no âmbito da política pública, o estado criava um ranking de prioridades as quais aqueles que supostamente haviam adquirido uma doença, por seus atos imorais, não estavam no rol de preocupações do administrador público.

O estigma e, principalmente, a falta de informações tornou-se um dos principais obstáculos no enfrentamento efetivo a esse processo infeccioso que durante muito tempo foi visto como sentença de morte. Tal atitude reforçou o silêncio em torno da doença, criando um ambiente onde falar sobre sexualidade, saúde sexual e prevenção era tabu. Neste sentido, a edição 19 de 1986, apresentava a necessidade de falar e divulgar informações verídicas sobre a doença, afastando do debate a culpa por pertencer e experimentar a sexualidade de outras formas. Nesta edição Solange, uma profissional do sexo, ao ser questionada sobre o problema da AIDS e as doenças venéreas, apontava para a necessidade de buscar por informações confiáveis:

No início me causou pavor, pensei até em parar de vez. Mas aí comecei a me informar. No caso da AIDS, por exemplo, ninguém sabe ainda como acontece, mas você tem meios de evitar. Ler é a melhor informação. (O PASQUIM, 1986, n.p.)

Solange destacava a falta de conhecimento sobre o processo de evolução e cura da AIDS era algo que colocava as pessoas, de maneira geral, em um estado de pânico biológico. No entanto, ela enfatizava que diante deste cenário de incertezas, era preciso se valer de informações fundadas em processos científicos mais claros, já que naquele momento se sabia qual era o processo de contaminação e os métodos para evitá-lo. A incerteza generalizada sobre a AIDS na época pode ser entendida como resultado das complexas

dinâmicas de poder que moldaram os discursos em torno da doença, atrelando-a de maneira enfática a sexualidade e a certos comportamentos considerados de risco. A ênfase de Solange na busca por informações como meio de prevenção também pode ser interpretada como uma resistência às narrativas dominantes e uma tentativa de se apropriar do conhecimento como uma forma de empoderamento individual e coletivo de grupos subalternizados por discursos hegemônicos sobre a doença. Sua declaração final, “Ler é a melhor informação”, sugere uma ênfase na educação e na busca por conhecimento como ferramentas cruciais para enfrentar a ameaça da AIDS, e subverter a ordem do discurso.

Mesmo sendo o jornal dito mais contra-hegemônico, *O Pasquim*, por meio de seus articulistas também contribuiu no processo de difusão e atrelamento da HIV/AIDS a comunidade homossexual. Na edição 32 de 1987 do periódico, o autor Juca Pinto escreve uma crônica sobre as questões relacionadas a chamada novela das 8 da Rede de Televisão Globo:

Se é da Globo, pode
Só falta mesmo uma cena de homossexualismo explícito na novela das 8 do sistema global. O resto, o dr. Mário Liberato & o seu mordomo Jacinto já fizeram. Houve juras de amor, carícias indisfarçáveis, olhares lascivos, massagens alucinantes. Cenas de ciúme. Só faltaram mesmo os entretantos. E, enquanto o ato não acontece, “Je vous salue Marie” continua nas prateleiras da censura. (Mas é claro que isto nada tem com o ótimo trabalho de Cecyl Thiré, que está tão perfeito no seu papel que é capaz até de pegar AIDS). (*O PASQUIM*, 1987)

Tomado de preconceitos, o autor reprovava a veiculação de imagens e diálogos supostamente gays em horário nobre da televisão, chamando a atenção do leitor pela suposta forma explícita como a homossexualidade era reproduzida nos folhetins da emissora. Essa virulência com relação aos afetos gays, é reproduzida na última frase do texto na qual sugere que o ator Cecyl Thiré, por seu desempenho na novela, e o realismo de sua interpretação estava tão “perfeito no seu papel que é capaz até de pegar AIDS”. O texto de Juca Pinto, materializa os estigmas associados a comunidade gay, atrelando a possibilidade de contrair HIV/AIDS as práticas afetivas e sexuais, e não a contextos de vulnerabilidade a qual tais pessoas estavam submetidas. Ao atrelar a

subjetividade dos sujeitos ao processo de contaminação, a sociedade coletivamente se exime de responsabilidade, pois ancorada nesta forma de ver o mundo, desconsidera que os indivíduos são expostos a contextos de vulnerabilidade, que por sua vez só serão dirimidos com a ampliação de políticas públicas e de informações descoladas de ideais moralistas de conduta.

Outro exemplo de interpretações moralistas por parte do periódico aparece em uma entrevista da edição 39 de 1987 na qual atriz Cláudia Alencar seu alívio por supostamente não estar exposta a situações de contágio por manter apenas relações sexuais heteronormativas, inclusive reforçando a ideia de que o ato sexual não poderia estar atrelado a busca hedonista pelo prazer:

O PASQUIM - A AIDS te assusta?

CLÁUDIA ALENCAR - Pra caralho. Mas, como eu nunca transei com homossexual, já me dá um certo alívio

[...]

O PASQUIM - E o prazer pelo prazer?

CLÁUDIA ALENCAR - E por que o amor não pode dar prazer? Prazer por prazer dá AIDS. (O PASQUIM, 1987, n.p.)

As respostas de Cláudia Alencar revelam, de certa forma, a ideia predominante na época que casais e relações heterossexuais estavam menos expostas a situações de contágio, em sua fala, inclusive, reforça sua impossibilidade de contrair HIV por se relacionar apenas de forma heterossexual, desconsiderando outras formas de contágio, além da associação direta do HIV apenas com a homossexualidade. O periódico, ao reproduzir tais declarações, sem oferecer esclarecimentos ou correções, contribuía para a disseminação de ideias equivocadas sobre a AIDS reforçando o estigma relacionado às sexualidades consideradas desviante. Essa prática contraditória do periódico evidencia um desafio na abordagem jornalística da epidemia, pois, apesar de buscar informações pautadas na cientificidade, ainda incorporava narrativas discriminatórias que contradiziam seu objetivo editorial de esclarecer e combater os estigmas associados à HIV/AIDS.

Podemos trazer os apontamentos de Daniel e Parker (1991) que discutem de uma forma até poética como o período a partir de 1980 seria uma espécie de prisão para aqueles considerados “os alvos preferenciais da epidemia, de início particularmente os homossexuais” e essa ligação íntima da

doença com a homossexualidade continuaram tendo um grande efeito negativo na modelação da resposta brasileira à epidemia. Este estigma pode ser desmentido aplicando a visão de que, que segundo os próprios autores, os casos que envolviam o contato homossexual possuíam menos da metade de todos os casos notificados no período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer as páginas do periódico O Pasquim durante os anos 1986 a 1999, imergimos em uma intrincada tapeçaria de discursos (ALBUQUERQUE, 2019) que revelam as nuances do tratamento midiático à epidemia de HIV/AIDS e à comunidade LGBTQIAP+. A análise desses conteúdos permitiu uma compreensão mais profunda das abordagens ditas progressistas, estigmatizantes e, por vezes, contraditórias presentes na construção do imaginário social da época.

Inicialmente, o trabalho delineou a escolha de O Pasquim devido à sua proximidade com sujeitos considerados "desviantes" como gays, lésbicas e militantes políticos. Este recorte visava investigar como um veículo aparentemente progressista lidava com temas sensíveis, como HIV/AIDS, em uma época marcada por estigma e desinformação. No entanto, ao mergulharmos nas páginas do jornal, ficou evidente que, apesar de sua postura progressista, O Pasquim também veiculava discursos equivocados e preconceituosos em relação aos portadores de HIV/AIDS. A relação entre a comunidade LGBTQIAP+ e a epidemia inseria-se em uma narrativa que associava a sexualidade considerada desviante ao adoecimento, perpetuando estigmatização e preconceito.

Em consonância com as ideias de Michel Foucault (1996), que propôs uma análise crítica do discurso, essa dualidade evidencia como o jornal não é um mero reflexo passivo da realidade, mas um ator ativo na produção de imaginários sociais. Foucault (1996) argumenta que o discurso não apenas reflete, mas participa na construção ativa da compreensão do mundo, moldando e perpetuando normas e estigmas sociais. Portanto, a análise dessas abordagens contrastantes em O Pasquim se revela fundamental para uma

compreensão mais profunda da relação entre discurso, poder e construção social durante a epidemia de HIV/AIDS.

O estigma, como discutido anteriormente, foi de central em dificultar a busca por testes, tratamento e cuidados médicos adequados, contribuindo para um ambiente de medo e silêncio em torno da epidemia. Neste sentido, os jornais utilizando-se de sua capilaridade ao tentar informar a população sobre a doença, institui em seus discursos interpretações baseadas em preconceitos e normas de gênero compulsórias, delegando a um grupo a responsabilidade exclusiva por uma doença, ao eximir suas formas de vida dos ditos comportamentos de risco.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"**. São Paulo: n-1 edições, 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2018.

CEZAR, Vanessa Martins; DRAGANOV, Priscila Barros. **A história e as políticas públicas do HIV no Brasil sob uma visão bioética**. Ensaio e Ciência C Biológicas Agrárias e da Saúde, v. 18, n. 3, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/260/26042165006.pdf>

DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. **AIDS: a terceira epidemia**. São Paulo: Iglu Editora, 1991.

DANTAS, Maria Rita de Cássia; SILVA, José Roberto; DAVID, Nair Almeida. **O erotismo em magma**. [S.l.]: [s.n.], 2015.

DA ROSA NEVES, Cláudia L.; DE AMORIM, Wagner M.; DE MORAES, Natália A.; LEITE, João L. **Os cuidados de enfermagem ao cliente com HIV/AIDS em um hospital universitário na década de 1980**. Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online, v. 1, n. 2, p. 299-316, 2009. Disponível: <https://seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/409/370>

DÍAZ, Esteban B. **Desconstrução e subversão: Judith Butler**. Sapere Aude, v. 4, n. 7, p. 441-464, 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/5543>

FERNANDES, Iara; DE TOLEDO BRUNS, Maria Aparecida. **Revisão sistematizada da literatura científica nacional acerca da história do HIV/AIDS**. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, v. 32, n. 1, 2021. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/916

FERREIRA, Mariana de Souza; TRAVERSINI, Cláudia Schmitt. **A análise Foucaultiana do discurso como ferramenta metodológica de pesquisa.** Educação & Realidade, v. 38, p. 207-226, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/DwpK4HtPqRSk3Rg3pDQCdwH/?format=pdf&lang=pt>

FERRAZ, Juliana. **A materialização dos corpos para Judith Butler: o paradigma da globalização.** Cadernos do PET Filosofia, v. 14, n. 27, p. 221-238, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/pet/article/view/4120>

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 2. ed. Rio de Janeiro: Graça, 1988. p. 152-152.

LUI, Luan. **O HIV/AIDS na Revista Veja na década de 1980.** 2013. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/27451>

MARKUN, Paulo. **Pasquim-SP: a burrice que se cuide!.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, v. 3, p. 55-61, 1986. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/d3shYLCqBLpFkXXs4nsTKGn/>

PERET, Fabiano. **Imprensa gay no Brasil.** São Paulo: Publifolha, 2012.

PRADO, Renata R. D.; CASTILHO, Elysio A. D. **A epidemia de aids no Estado de São Paulo: uma aplicação do modelo espaço-temporal bayesiano completo.** Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, v. 42, p. 537-542, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsbmt/a/4ZVxxLCtxgvSyjzdrp9QCNT/?lang=pt>

ROCHA, Lúcio V.; SILVA, Edson M. **Quarenta anos de TV Cultura: a história da emissora de 1969 a 2009.** In: Conferência Ibero-Americana das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação, 1, [s/l], 2011.

SAMPAIO, Lúcia Maria de C. **A formação do Programa Nacional de DST/AIDS no Brasil.** [S.l.]: [s.n.], 2018.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora/AIDS e suas metáforas.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

SZWARCWALD, Cláudio L.; BASTOS, Flávio I.; ESTEVE, Maria A. P.;

ANDRADE, Cláudia L. **A disseminação da epidemia da AIDS no Brasil, no período de 1987-1996: uma análise espacial.** Cadernos de Saúde Pública, v. 16, p. S07-S19, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/j4jKSr4MQbtxnRgJgwkJ5H/>

TERTO JR, Victor. **Homossexualidade e saúde: desafios para a terceira década de epidemia de HIV/AIDS.** Horizontes Antropológicos, v. 8, p. 147-158, 2002. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ha/a/nnvKsFYGkD7TPDyhc8jGxqM/>

Recebido em 15/10/2024.

Aprovado para publicação em 07/06/2025.